

**ESTADO DO PARANÁ**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

CNPJ: 00.136.858/0001-88 **Telefone:** (46) 3313-3550
Endereço: RUA AFONSO PENA, 1902 - ANCHIETA
CEP: 85501-530 - Pato Branco

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 325/2024

Processo Adm.: 369/2024
Data do Processo: 09/12/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 369/2024
b) Nr. Licitação: 325/2024 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação: 09/12/2024
e) Objeto da Licitação: Chamamento Público nº 003/2023 - AUDITOR - Credenciamento de pessoas jurídicas da área de saúde para prestação de serviços médicos ambulatoriais na rede básica municipal de saúde - nas áreas de ginecologia e obstetrícia, pediatria, clínica geral de consulta ambulatorial com visita domiciliar na estratégia saúde da família, áreas de atendimento técnico complementar de profissionais não médicos e credenciamento de médico auditor e médico plantonista por hora.

f) Fornecedores Vencedores:

PIMENTA, ORCIOLLI E ARAUJO CLINICA MEDICA LTDA

Total fornecedor: R\$ 52.704,00

Total geral: R\$ 52.704,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação
Atendimento aos Municípios Consorciados	02.001.10.302.0002.2002.3.3.90.39.0

Pato Branco/PR, 09 de Dezembro de 2024

.....
PAULO HORN

Presidente

Assinantes

✓ PAULO HORN

Assinou em 09/12/2024 às 14:48:41 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, PAULO HORN, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

6ER

35E

JZZ

X50



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 325/2024

Fundamentado nos art. 79 da Lei de Licitações nº 14133/21, RATIFICO a Inexigibilidade Nº 325/2024, para a Chamamento Público nº 003/2023 - AUDITOR - Credenciamento de pessoas jurídicas da área de saúde para prestação de serviços médicos ambulatoriais na rede básica municipal de saúde - nas áreas de ginecologia e obstetrícia, pediatria, clínica geral de consulta ambulatorial com visita domiciliar na estratégia saúde da família, áreas de atendimento técnico complementar de profissionais não médicos e credenciamento de médico auditor e médico plantonista por hora.

Valor Global: 52.704,00

Dotação: 02.001.10.302.0002.2002.3.3.90.39.00 Fonte: 076

Data: 09/12/2024

PAULO HORN
Presidente

Assinantes

✓ PAULO HORN

Assinou em 09/12/2024 às 14:48:42 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, PAULO HORN, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

XP0

XPV

DVK

E6L

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHOCONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PROCESSO 369/2024

O(a) presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo: 369/2024
b) Nr. Licitação: 325/2024 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação: 09/12/2024
e) Objeto da Licitação: Chamamento Público nº 003/2023 - AUDITOR - Credenciamento de pessoas jurídicas da área de saúde para prestação de serviços médicos ambulatoriais na rede básica municipal de saúde - nas áreas de ginecologia e obstetria, pediatria, clínica geral de consulta ambulatorial com visita domiciliar na estratégia saúde da família, áreas de atendimento técnico complementar de profissionais não médicos e credenciamento de médico auditor e médico plantonista por hora.

f) Fornecedores Vencedores:

PIMENTA, ORCIOLLI E ARAUJO CLINICA MEDICA LTDA

Total fornecedor: R\$ 52.704,00
Total geral: R\$ 52.704,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa Dotação
Atendimento aos Municípios Consorciados 02.001.10.302.0002.2002.3.3.90.39.0

PAULO HORN
Presidente

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:C64DAD7C

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 10/12/2024. Edição 3170
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº
325/2024**TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE**
INEXIGIBILIDADE Nº 325/2024

Fundamentado no art. 79 da Lei de Licitações nº 14133/21, RATIFICO a Inexigibilidade Nº 325/2024, para a Chamamento Público nº 003/2023 - AUDITOR - Credenciamento de pessoas jurídicas da área de saúde para prestação de serviços médicos ambulatoriais na rede básica municipal de saúde - nas áreas de ginecologia e obstetria, pediatria, clínica geral de consulta ambulatorial com visita domiciliar na estratégia saúde da família, áreas de atendimento técnico complementar de profissionais não médicos e credenciamento de médico auditor e médico plantonista por hora.			
Valor Global:	52.704,00		
Dotação:	02.001.10.302.0002.2002.3.3.90.39.00	Fonte:	076
Data:	09/12/2024		

PAULO HORN
Presidente

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:922DCFF7

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 10/12/2024. Edição 3170
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



Licitações (Íntegras Processuais)

Onde Estou : Início > Licitações (Íntegras Processuais)

ANO:

2024 2023 2022 2021 2020 2019 2018 2017 2016 2015 2014
2013

Modalidade:

Inexigibilidades Dispensa Processos Administrativos Credenciamento Pregão
Chamamento Público Pré-Qualificação Concorrência Inexigibilidade
Resultados de Licitação Contratos Dispensa Inexigibilidades Tomada de Preços

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 325/2024

09/12/2024

Chamamento Público nº 003/2023 - AUDITOR - Credenciamento de pessoas jurídicas da área de saúde para prestação de serviços médicos ambulatoriais na rede básica municipal de saúde - nas áreas de ginecologia e obstetrícia, pediatria, clínica geral de consulta ambulatorial com visita domiciliar na estratégia saúde da família, áreas de atendimento técnico complementar de profissionais não médicos e credenciamento de médico auditor e médico plantonista por hora.

 **Anexo 1 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

 **Anexo 2 - TERMO DE RATIFICAÇÃO**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 324/2024

06/12/2024

Chamamento Público nº 001/2023 - ÓTICA - Credenciamento de pessoas jurídicas para a realização de serviços complementares especializados.

 **Anexo 1 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

 **Anexo 2 - TERMO DE RATIFICAÇÃO**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 323/2024**05/12/2024**

Chamamento Público nº 001/2023 - Credenciamento de pessoas jurídicas para a realização de serviços complementares especializados.

↓ Anexo 1 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**↓ Anexo 2 - TERMO DE RATIFICAÇÃO****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 322/2024****05/12/2024**

Chamamento Público nº 001/2023 - Credenciamento de pessoas jurídicas para a realização de terapias.

↓ Anexo 1 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**↓ Anexo 2 - TERMO DE RATIFICAÇÃO****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 321/2024****04/12/2024**

Chamamento Público nº 003/2023 - Credenciamento de pessoas jurídicas da área de saúde para prestação de serviços médicos ambulatoriais na rede básica municipal de saúde - nas áreas de ginecologia e obstetria, pediatria, clínica geral de consulta ambulatorial com visita domiciliar na estratégia saúde da família, áreas de atendimento técnico complementar de profissionais não médicos e credenciamento de médico auditor e médico plantonista por hora.

↓ Anexo 1 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**↓ Anexo 2 - TERMO DE RATIFICAÇÃO****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2024****04/12/2024**

Formação de Registro de Preços de serviços para aquisição parcelada de combustível (gasolina, etanol, diesel), arla 32, de acordo com as especificações deste aviso, termo de referência e demais anexos.

↓ Anexo 1 - AVISO DE ABERTURA**↓ Anexo 2 - AVISO CONTRATAÇÃO DIRETA****↓ Anexo 3 - I RETIFICAÇÃO DO AVISO DE ABERTURA****↓ Anexo 4 - I RETIFICAÇÃO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 320/2024****03/12/2024**

Chamamento Público n.º 001/2023 - Credenciamento de pessoas jurídicas para a realização de procedimentos.

↓ Anexo 1 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**↓ Anexo 2 - TERMO DE RATIFICAÇÃO****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 319/2024****03/12/2024**

Chamamento Público nº 001/2023 - ÓTICA - Credenciamento de pessoas jurídicas para a realização de serviços complementares especializados.

↓ Anexo 1 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**↓ Anexo 2 - TERMO DE RATIFICAÇÃO**

[Home](#)[Institucional](#)[Quem Somos](#)[Municípios](#)[Região de](#)[Abrangência](#)[Manuais e POPs](#)[Responsáveis](#)[Endereços Oficiais](#)[Contatos](#)[Atos Legais](#)[Documentos](#)[Institucionais](#)[Leis de Ratificação](#)[Editais e Atas dos](#)[Conselhos](#)[Resoluções](#)[Ato de Consórcio](#)[Ato de Pessoal](#)[Notas Técnicas](#)[Processos Adm.](#)[Disciplinares](#)[Nova Lei de](#)[Licitações](#)[Eliminação de](#)[Documentos](#)[Licitações \(Íntegras](#)[Processuais\)](#)[Contato](#)[Fale Conosco](#)[Ouvidoria](#)[Trabalhe Conosco](#)[ITP-TCE/PR](#)[Recomendação MPPR](#)[Concurso | Seleção | PSS](#)[Contas Públicas](#)[Orçamento](#)[Contrato de Rateio e](#)[Aditivos](#)[Relatórios Lei](#)[Responsabilidade](#)[Fiscal](#)[Demonstrações](#)[Contábeis](#)[Convênios](#)[Recebidos](#)[Convênios](#)[Repassados](#)[Certidões do CONIMS](#)[Acesso Restrito](#)[IDS Saúde](#)[Passagens e Diárias](#)[Agenda de](#)[Reuniões](#)[Relatório de](#)[Compras - IDS](#)[Saúde](#)[Portal dos Empregados](#)[Acessos dos Municípios](#)[Área Técnica |](#)[Redes e Programas](#)[TFD](#)[Acesso Serviços de](#)[TFD \(NOVO\)](#)[Área do](#)[Faturamento do](#)[Município](#)[Compras - Preços](#)[Registrados](#)[Área do Prestador](#)[Serviço de Informação ao](#)[Cidadão](#)[SIC Físico](#)[e-SIC](#)[Consulta de Pedidos](#)[Estatísticas de](#)[acesso à informação](#)

Rua Afonso Pena nº 1902 | Anchieta, Pato Branco - PR | 85.501-530



conims@conims.pr.gov.br



(46) 3313-3550

Ambulatório: Segunda à Sexta das 07:00 às 11:30 e 13:00 às 16:30, Sábado das 07:00 às 12:30.

Administrativo: Segunda à Sexta das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Última atualização: 09/12/2024 16:24:48



BETHA (http://www.betha.com.br/)

Entidade

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

Ano



PARÂMETROS

2024

Para acesso a todas as funcionalidades do arquivo, recomendamos a utilização dos navegadores *Google Chrome* e *Firefox*.

Para que o *Link* tenha funcionamento adequado, abra este arquivo no mesmo navegador do sistema.

Compra Edital Aviso

ESCONDER RESOLVIDOS

compraEditalAviso

Verifique atentamente as validações informadas abaixo:

⚠ Erros:0 ⓘ Avisos:0 ✓ Correções:0

Pesquisar



<input checked="" type="checkbox"/>	Sistema	Tipo	Descrição	Solução	Link
<input type="checkbox"/>	Compras	Sucesso	Sucesso ao cadastrar o registro no PNCP: Processo: 369/2024; Sequencial: 325; Modalidade: Inexigibilidade de licitação. Código de registro PNCP: 2024/380	<input data-bbox="1236 1713 1300 1758" type="text" value="?"/>	<input data-bbox="1364 1713 1428 1758" type="text" value="🔗"/>

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 955/2024

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, estabelecida à rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, inscrita no CNPJ sob N.º 00.136.858/0001-88, cidade de Pato Branco, PR, neste ato representada pelo Presidente, Sr. PAULO HORN.

CONTRATADA: PIMENTA, ORCIOLLI E ARAUJO CLINICA MEDICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º nº 25.454.186/0001-80, com sede na Rua Santo Antônio da Platina, n.º 190, Bairro Contorno, na cidade de Ponta Grossa/PR, CEP 84.052-140, neste ato representado por Paulo Eduardo Matioli Pimenta, portador do RG n.º **45048* SESP/PR CPF n.º ***.270.919-**,

ANUENTE: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA/PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n.º 76.995.455/0001-56, estabelecida na Pc Angelo Mezzomo, s/n, Centro - Coronel Vivida/PR, neste ato representada por seu Prefeito Sr. ANDERSON MANIQUE BARRETO.

Pelo presente instrumento, oriundo do Processo nº 369/2024, Inexigibilidade de Licitação n.º 325/2024, homologado em 09 de dezembro de 2024, devidamente justificada pelo Edital de Chamamento Público n.º 003/2023 para Credenciamento de Pessoa Jurídica em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 que trata sobre Licitações e Contratos, a CONTRATANTE e a CONTRATADA, neste ato representado por seus representantes legais ao final subscritos, tem entre si justo e avençado o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS NA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE SAÚDE - NAS ÁREAS DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, PEDIATRIA, CLÍNICA GERAL de consulta ambulatorial com visita domiciliar na ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, áreas de atendimento técnico complementar de profissionais não médicos e CREDENCIAMENTO DE MÉDICO AUDITOR MÉDICO PLANTONISTA por hora, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS EM EDITAL.

1.2. Os serviços inerentes ao objeto estão discriminados no ANEXO I do presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 A Contratada irá realizar aditoria técnica como forma de auxiliar o Município anuente na fiscalização dos serviços prestados para desenvolver a auditoria das produções ambulatoriais dos prestadores, por meio do controle e avaliação dos recursos e procedimentos adotados, zelando pela manutenção dos serviços, identificando eventuais distorções e propondo medidas para melhor controle e utilização dos recursos públicos.

2.2. A Contratada executará os serviços no local indicado pelo Município requisitante, dentro do seu território, conforme dia e horário constante do Ofício do gestor municipal.

2.2.1. A fiscalização dos serviços contratados poderá ser feita em qualquer tempo, sem necessidade de agendamento prévio, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local.

2.3. Para prestação dos serviços contratados a contratada disponibilizará o profissional **PAULO EDUARDO MATIOLI PIMENTA**, inscrito no **CRM/PR 36670**, devidamente qualificado, o qual declara atender todas as exigências do Edital.

2.4. A Contratada para prestação de serviços médicos em Auditoria, fará comprovação da execução da atividade através de relatórios mensais, contendo nome dos pacientes com serviços auditados, ambulatorial ou hospitalar, conforme demanda do Gestor, e declaração do Gestor referente a carga horária cumprida

2.5. O fornecimento de equipamentos, inclusive os EPI's, insumos e materiais ambulatoriais necessários à prestação dos serviços, serão de responsabilidade do Município, os quais deverão ser obrigatoriamente utilizados de forma correta pela Contratada, conforme preconiza a legislação de prevenção de acidentes.

2.5.1 Em caso da não utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's a contratada fica sujeita as penalidades legais conforme disposição no Item 15 (quinze) e subitens do edital.

2.6. Caso se verifique defeitos nos equipamentos decorrentes de má utilização ou se constate desperdícios dos materiais e/ou insumos ambulatoriais cedidos à Contratada, poderá o ente Contratante solicitar ressarcimento mediante processo administrativo a ser aberto e comunicado por escrito, cabendo a Contratada o direito ao contraditório e a ampla defesa.

2.7. Em caso de não atendimento por impedimento de urgência da Contratada, deverá comunicar-se com o ente Contratante para acordar o atendimento, garantindo a programação, sem qualquer prejuízo ou ônus à Contratante.

2.8. A prestação do serviço não constitui, em hipótese alguma, vínculo empregatício de qualquer espécie entre a Contratada e a Contratante, nem implica em responsabilidade civil ou criminal desta pelos fatos decorrentes dos atendimentos e serviços realizados pelo Contratado aos pacientes.

2.9. A Contratada será responsável pelo cumprimento da jornada dos profissionais por ela indicados.

2.10 É de responsabilidade da Contratada garantir a continuidade dos serviços, sob pena de sanções.

CLÁUSULA TERCEIRA – SISTEMA

3.1. Os contratados para execução dos serviços elencados, devem alimentar o sistema disponibilizado pelo MUNICÍPIO/CONIMS e realizar nesse o lançamento da produção, sendo que só serão pagos se estiverem devidamente nele inseridos.

3.2. O sistema será disponibilizado única e exclusivamente para o cumprimento do objeto contratado, sendo vedada a utilização que não seja para a função descrita, ficando sujeito às penalidades previstas na legislação vigente, caso comprovado desvios de utilização.

CLAÚSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. A CONTRATANTE (CONIMS) FICA OBRIGADA A:

4.1.1. Efetuar os pagamentos na forma ajustada.

4.1.2. Disponibilizar à Contratada todas as informações que se fizerem necessárias à execução dos serviços contratados dentro das normas do CONIMS.

4.1.3. Comunicar imediatamente à contratada, quaisquer irregularidades com o objeto contratado.

4.1.4. Fiscalizar a realização do serviço contratado.

4.2. O ANUENTE (MUNICÍPIO) FICA OBRIGADO A:

4.2.1. Exercer controle, avaliação e fiscalização dos serviços prestados e na execução da programação estabelecida.

4.2.2. Enviar ao CONIMS relatório da produção, gerado através do prontuário eletrônico/sistema informatizado municipal, contendo nome do profissional; - dia de atendimento; - hora; - nome do paciente; - código do paciente; referente a cada contratada, de acordo com o cronograma estabelecido pelo Setor de Faturamento do CONIMS, através do e-mail faturamento@conims.com.br.

4.2.2.1. O Relatório mensal de produção deverá vir acompanhado do atestado de execução, assinado pelo Secretário de Saúde ou preposto indicado/qualificado pelo gestor de saúde e a assinatura da contratada, atestando a concordância com a carga horária cumprida, contendo nome dos pacientes com serviços auditados, ambulatorial ou hospitalar, conforme demanda do Gestor, e declaração do Gestor referente a

4.2.2.2. Impreterivelmente o Relatório de Execução e o Atestado, assinados pelo Município e Contratada, deverão estar disponíveis ao Consorcio até dia 05 de cada mês, ultrapassada esta data o pagamento somente será efetivado no mês subsequente.

4.2.2.3. Alimentar e atualizar o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) em todos os seus campos e os demais bancos de dados obrigatórios.

4.2.2.4. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários à execução dos serviços que venham a ser solicitados pelo CONIMS.

4.3. A CONTRATADA FICA OBRIGADA A:

4.3.1. Prestar os serviços na forma ajustada.

4.3.2. Obedecer às diretrizes emanadas do responsável competente da contratante, no tocante à organização e realização dos serviços em causa.

4.3.3. Permitir fiscalização pela Contratante, nos serviços contratados, independente de agendamento prévio.

4.3.4. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela Contratante quanto à execução dos serviços contratados.

4.3.5. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.

4.3.6. Comunicar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias as impossibilidades de atendimento, salvo as motivadas por força maior, que serão justificadas.

- 4.3.7.** Alimentar sistema indicado pelo Município/CONIMS, informando todos os dados necessários para processar o faturamento relativo à competência.
- 4.3.8.** Executar os serviços constantes no ANEXO III - TABELA DE ESPECIALIDADES E VALORES.
- 4.3.9.** Manter durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviços, todas as condições que ensejarem o Credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional.
- 4.3.10.** Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe expressamente proibida a subcontratação da prestação do serviço.
- 4.3.11.** Apresentar, quando solicitado pelo CONIMS, uma relação completa dos profissionais, indicando os cargos, funções e respectivos nomes completos, bem como, o demonstrativo do tempo alocado e cronograma respectivo.
- 4.3.12.** Apresentar ao CONIMS, sempre que solicitado, comprovantes de regularidade para com as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e tributárias.
- 4.3.13.** Operar com uma organização completa, independente e sem vínculo empregatício com o Consórcio, realizando os serviços, objeto deste contrato, dentro dos mais altos conceitos do ramo.
- 4.3.14.** Manter, por si, por seus prepostos, irrestrito segredo de todas as atividades desempenhadas em relação aos serviços descritos no objeto deste contrato, bem como não divulgar, sob qualquer meio, as informações que recebeu em virtude do contrato.
- 4.3.15.** Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração desse faturamento, que resultem em aumento das despesas ou perda de descontos.
- 4.3.16.** Ser rigoroso na pontualidade da execução do serviço.
- 4.3.17.** Comunicar à contratante, quaisquer alterações durante a execução para as devidas averiguações.
- 4.3.18.** Obedecer às diretrizes emanadas do responsável competente da contratante, no tocante à organização e realização dos serviços em causa.
- 4.3.19.** Responder por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar aos pacientes.
- 4.3.20.** Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos pelo CONIMS, as obrigações assumidas.
- 4.3.21.** Informar ao CONIMS qualquer alteração contratual, mediante Requerimento de demais alterações contratuais.
- 4.3.22.** Responsabilizar-se pelo pagamento dos seus profissionais, apresentando mensalmente o comprovante dos respectivos pagamentos do mês anterior.
- 4.3.23.** Verificar a conformidade dos atendimentos/procedimentos solicitados e pendentes de autorização e prestar suporte técnico aos setores envolvidos.
- 4.3.24.** Glosar atendimentos/procedimentos incompatíveis, para efeitos do correto desembolso de recursos.
- 4.3.25.** Auditar documentos pertinentes e orientar os setores envolvidos;
- 4.3.26.** Recomendar a imediata correção das divergências apontadas em atendimentos/procedimentos autorizados, com apontamento das irregularidades.

CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1.** As despesas geradas em função do objeto ocorrerão por conta da dotação orçamentária: 02.001.10.302.0002.2.002.3.3.90.39.00.00.00.00- Fonte 076.

Rua Afonso Pena, 1902, - Pato Branco/PR - CEP: 85.501-530 - Telefone: (46) 3313-3550
E-mail: conims@conims.com.br - C.N.P.J.: 00.136.858/0001-88 - Inscr. Est.: Isento

CLÁUSULA SEXTA – FATURAMENTO

6.1. Para efeito de faturamento e pagamento, a competência inicia-se no 1º dia até o último dia do mês relativo à competência.

6.2. Os serviços efetivamente prestados pela Contratada, serão conferidos e apresentados pelo município em relatório detalhado de produção, acompanhado do atestado de execução, assinado pelo Secretário de Saúde ou preposto indicado/qualificado pelo gestor de saúde e a assinatura da contratada, atestando a concordância com a carga horária cumprida, contendo nome dos pacientes com serviços auditados, ambulatorial ou hospitalar, conforme demanda do Gestor, e declaração do Gestor;

6.3. O controle dos serviços executados, é de responsabilidade de cada município, mas sob a gerência do setor de controle e execução deste consórcio, com o objetivo de validar saldos e demais regras do referido contrato. Esse controle deverá ser encaminhado ao setor de faturamento do CONIMS, para conferência dos valores apresentados para fins de faturamento, respeitando o limite para entrega de até 03 (três) dias posterior a data relativa ao fechamento.

6.4. Constatados erros, divergências ou outras irregularidades no fechamento do faturamento, deverá o município informar por escrito o Setor responsável, para fins de análise e verificação, sendo que, depois de apurada a divergência/irregularidade ou erro, o valor será incluído no pagamento da fatura seguinte, ou rejeitado mediante comunicação escrita ao município e ao prestador.

6.5. Posterior ao fechamento da competência a Contratante irá solicitar a Contratada a emissão da nota fiscal em conformidade com o relatório disponibilizado na Área Restrita, disponível do site do CONIMS, onde cada Contratada terá um login de acesso restrito.

6.6. A Contratada, para eventuais questionamentos de erro ou divergência nos fechamentos, terá o prazo prescricional de até duas competências posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

7.1. As Notas Fiscais deverão ser emitidas conforme o relatório de fechamento do faturamento disponibilizado pelo CONIMS, em mesmo teor e forma, utilizando a opção do sistema gerador de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica Municipal onde traz a opção de itens do serviço, detalhando a quantidade, os itens/procedimentos e os valores executados.

7.2. Deverá ser cadastrado o e-mail: contabilidade@conims.com.br para envio automático da NFS-e no ato de sua emissão.

7.3. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que à Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, o que não acarretará, neste caso, quaisquer ônus à Contratante.

CLÁUSULA OITAVA VENCIMENTO E PAGAMENTO

8.1. O vencimento se dará até o 10º (decimo) dia útil do mês posterior a prestação dos serviços, o pagamento será realizado em moeda corrente nacional, através de crédito, DOC ou TED na conta corrente pessoa jurídica no mesmo CNPJ contratado. No decorrer do processo, caso seja necessária alteração de banco, agência e/ou conta corrente deverá ser solicitado através de Ofício

Rua Afonso Pena, 1902, - Pato Branco/PR – CEP: 85.501-530 – Telefone: (46) 3313-3550
E-mail: conims@conims.com.br - C.N.P.J.: 00.136.858/0001-88 - Inscr. Est.: Isento

ao Setor de Tesouraria deste CONIMS.

8.2. O pagamento não será realizado através de boleto bancário.

8.3. O pagamento se dará até o vencimento.

8.4. Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos serviços prestados e faturados.

8.5. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

8.6. Em caso de Processo Administrativo, o CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

8.7. O prestador de serviços contratado deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, o mesmo será notificado para regularização, caso não seja solucionado, os serviços serão bloqueados, e o processo encaminhado para medidas cabíveis, ressalvado o direito dos serviços já prestados.

CLÁUSULA NONA - VALOR DOS SERVIÇOS

9.1. O pagamento dos serviços será de acordo com os valores constantes no ANEXO III - TABELA DE ESPECIALIDADES E VALORES, do edital.

9.2. Fica vedado o pagamento de qualquer sobretaxa em relação aos valores propostos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

10.1. O prazo de vigência da contratação, de caráter precário, é de até 12 (doze) meses contados a partir de **15 de dezembro de 2024**, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, enquanto perdurar a necessidade motivada pelos Municípios de apoio complementar deste CONIMS na execução da atividade.

10.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada à declaração do Município requisitor de que persiste a necessidade de apoio do CONIMS e a insuficiência de, por meios próprios, atender sua rede básica de saúde.

10.3. Cessada a necessidade temporária do Município requisitante, mediante requerimento motivado, o Contrato pode ser rescindido pelo CONIMS, de imediato, ficando desde já ciente o Interessado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas estabelecidas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor/Fiscal ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), na forma da Resolução CONIMS Nº 60/2023 e da Resolução CONIMS Nº 107/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO/DESCREDENCIAMENTO

12.1. DESCREDENCIAMENTO VOLUNTÁRIO POR QUALQUER DAS PARTES

12.1.1. Para efetuar a rescisão/descredenciamento a contratada deverá enviar solicitação formal de descredenciamento via e-mail, com um prazo de **antecedência de 30 (trinta) dias**.

12.1.1.1. Não se aplica o prazo de antecedência, quando:

- a) suspensão de execução do contrato, por ordem escrita do CONIMS, por prazo superior a 3 (três) meses e para o qual o Contratado não tenha dado causa;
- b) repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, para as quais o Contratado não tenha dado causa;
- c) atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pelo CONIMS;

12.1.2. A rescisão/descredenciamento contratual poderá ser solicitada também pelo CONIMS, o qual deverá demonstrar que ela não resulta em prejuízo à Administração Pública e por interesse público e economicidade, para que produza efeitos e encerre a vigência do contrato em 30 dias corridos, salvo se o prazo do Contrato não se encerrar antes.

12.2. DESCREDENCIAMENTO INVOLUNTÁRIO

12.2.1. O CONIMS poderá rescindir o contrato, unilateralmente e sem a necessidade de prazo de antecedência, e conseqüentemente descredenciar a Contratada, mediante comunicação escrita, assegurando o contraditório e ampla defesa, sem que, por isso, seja obrigada a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se a Contratada:

- a) Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no Edital de Chamamento, ou infringir qualquer disposição do Contrato, na forma do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021 de Licitações e Contratos, com as conseqüências previstas no Art. 156 da referida Lei;
- b) Recusar-se a receber ou cumprir instruções para melhor execução do serviço;
- c) Verificada qualquer infração do contrato por parte da Contratada;
- d) Quando houver a existência de reclamação por escrito, garantido o contraditório e ampla defesa a contratada;
- e) Proceder a eventual cobrança de qualquer valor excedente dos pacientes ou seus responsáveis.

12.2.2. A rescisão unilateral do contrato poderá também ocorrer, assegurado o contraditório, mediante autorização da autoridade competente e sem a necessidade de prazo de antecedência, reduzida a termo no processo de contratação quando comprovadas as razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SANÇÕES

13.1. Quando a Contratada não cumprir, de forma parcial ou total, com as obrigações contratuais assumidas ou com os preceitos legais; praticar ato fraudulento na execução do contrato ou ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013, serão aplicadas as seguintes sanções, cumulativas ou não, na forma da Lei Federal 14.133/2021, após a apuração de responsabilidade em devido processo e conforme o caso:

- a) Advertência.
- b) Multa de no mínimo R\$ 1.500,00 ou no máximo 2% (dois por cento) sobre o valor global do contrato, conforme a gravidade do caso;
- c) Impedimento de licitar e contratar com o CONIMS, por prazo não superior a 3 (três) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o CONIMS, que ocorrerá sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

Considera-se infração contratual, dentre outros:

- a) Os serviços que estiverem em desacordo com as especificações contidas no contrato ou em descumprimento com uma das cláusulas.
- b) Se houver rescisão por culpa ou requerimento da Contratada sem causa justificada ou amparo legal.

13.2. Sem prejuízo da multa estabelecida pela Contratante, a Contratada responderá pelas perdas e danos causados ao paciente, ao CONIMS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de conduta (ação ou omissão) dolosa ou culposa, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, profissionais, prepostos, ou autônomos devidamente autorizados pelo credenciado, os quais serão mensurados caso a caso.

13.3. Caso a Contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

14.1. O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de contratação ou na execução de contrato;
- b) prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de contratação ou de execução de contrato;
- c) prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais participantes, com

ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão contratante, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) prática coercitiva: causar danos ou ameaçar causar danos, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo de contratação ou afetar a execução do contrato;

e) prática obstrutiva:

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do consórcio, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista;

(ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o CONIMS promover inspeção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO TRATAMENTO DE DADOS

15.1. Ao assinar o instrumento de contratação, o Contratado se declara ciente que, por exigência dos órgãos de controle externo, da Lei nº 12.527/2018 - Lei de Acesso à Informação - e da Resolução CONIMS nº 155/2021, a íntegra do processo de Inexigibilidade do qual originou o presente contrato será disponibilizada no Portal da Transparência do CONIMS, que realiza o tratamento de dados pessoais pertinentes à qualificação jurídica, econômico-financeira, tributária e técnica descritas no Edital, para uso exclusivo às finalidades legais e institucionais, conforme disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no Decreto nº 10.046/2019.

15.2. Na execução do objeto contratado, a Contratada se responsabiliza pelo uso regular de dados de pacientes para uso exclusivo das finalidades do CONIMS, sob pena de sofrer as sanções legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

16.1. O Contrato de prestação de serviços não poderá ser objeto de cessão, transferência, subcontratação no todo ou em parte, não podendo a Contratada se valer deste para vincular terceiros à presente contratação, sob pena de imediata rescisão/descredenciamento e aplicação das sanções previstas no presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AÇÕES JUDICIAIS

17.1. Qualquer ação judicial contra a Contratante oriunda de serviços prestados pela Contratada, ou mesmo que venha a Contratante compor a lide, será de exclusiva responsabilidade da Contratada, a qual arcará com todas as despesas de qualquer natureza que do ato resultar, ressarcindo à Contratante todo e qualquer valor que for obrigada a desembolsar em razão dessas ações judiciais, extrajudiciais ou reclamações administrativas.

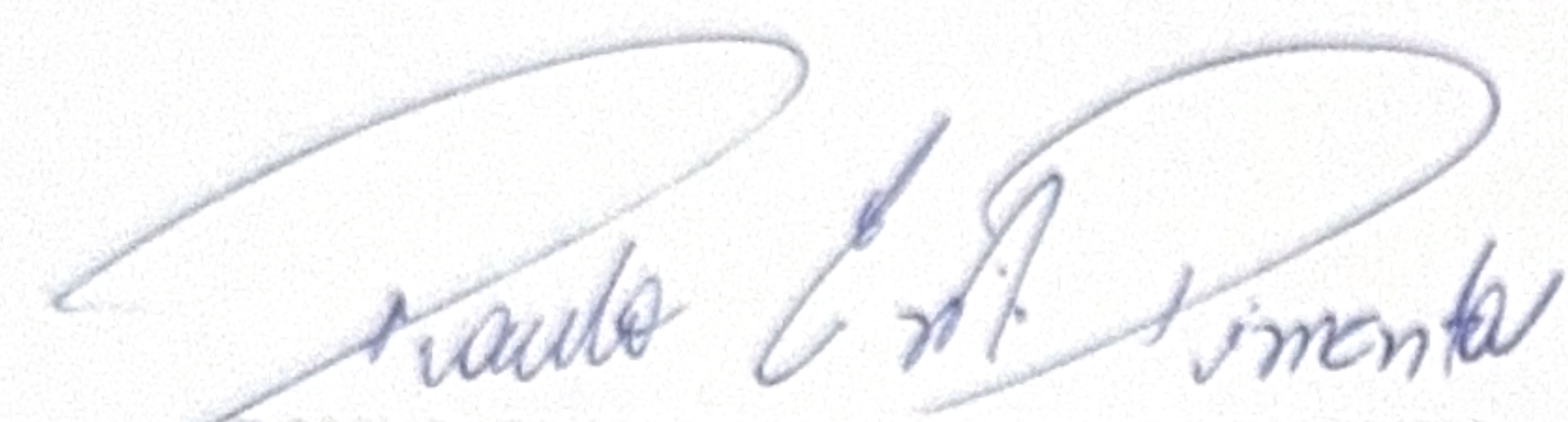
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. Fica eleito o foro da cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, como competente para dirimir todas as questões decorrentes do contrato.



E por assim estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento as partes e duas testemunhas, para que surtam seus efeitos legais.

Pato Branco/PR, 10 de dezembro de 2024.


PAULO EDUARDO MATIOLI PIMENTA
CONTRATADA

PAULO HORN
CONTRATANTE

ANDERSON
MANIQUE
BARRETO:967311
09991
Assinado de forma digital
por ANDERSON MANIQUE
BARRETO:96731109991
Dados: 2024.12.17
08:52:43 -03'00'
ANDERSON MANIQUE BARRETO
MUNICÍPIO ANUENTE

TESTEMUNHAS:

FRANCIELI D. C. REBELATTO
CPF: ***.284.369-**

RAFAEL DAVI R. DE QUEIROZ
CPF: ***.866.461-**

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES E DESCRITIVOS DO OBJETO

MÉDICO AUDITOR (POR HORA)				
PROFISSIONAL	PAULO EDUARDO MATIOLI PIMENTA			
CÓDIGO	ÁREA DE ATENDIMENTO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE ANUAL	TOTAL
07	MÉDICO AUDITOR (08 HORAS SEMANAIS)	R\$ 122,00	432	R\$ 52.704,00
TOTAL CONTRATADO ANUAL		R\$ 52.704,00		



Assinantes✓ **PAULO HORN**

Assinou em 11/12/2024 às 07:39:25 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de PAULO HORN com o CPF ***.075.529-**, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, PAULO HORN, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

✓ **Francieli Dalla Costa Rebelatto**

Assinou em 11/12/2024 às 07:49:34 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Francieli Dalla Costa Rebelatto, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

✓ **Rafael Davi Rodrigues de Queiroz**

Assinou em 11/12/2024 às 07:51:34 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Rafael Davi Rodrigues de Queiroz, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

**Veracidade do documento**

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud e insira o código abaixo:

15Y

G3O

7KD

0WZ

Câmara Municipal de Salto do Lontra

AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 02/2024

Respaldo no Art. 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, ratifico o presente processo nas seguintes condições:

Table with columns: Lote, Item, Und, Qtd, Descrição, Valor unit, Total por item. Lists various food items like Açúcar refinado, Água mineral, Café em pó, etc.

Summary table with columns: FORNECEDOR, VALOR TOTAL POR FORNECEDOR. Lists MAXX DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ 24.217.269/0001-92.

VALDECIR BALDESSAR Presidente do Legislativo

Câmara Municipal de Vitorino

Extrato de Primeiro Termo Aditivo de Contrato Administrativo 04/2023. Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VITORINO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 77.778.645/0001-84, com sede na Avenida Brasil Argentina, 1100, em Vitorino, Estado do Paraná, neste ato representado por sua Presidente em exercício, Sra. JOSEANE MARTARELLO, brasileira, casada, portadora do CPF sob nº 070.997.139-73 e RG nº 9.609.816-2. Contratado: ALGETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.670.012/0001-75, com estabelecimento na situada à Rua Epitácio Pessoa, nº 410, bairro Pinheiros, Pato Branco, Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 13.670.012/0001-75, neste ato representada por sua sócia administradora LORIANE CONSUELO BENDA KALINOSKI PARCIANELLO (cláusula 7ª contrato social), inscrita no CPF/MF sob nº 079.342.004-06, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 9.612.521-6. Valor Total: R\$ 89.769,81 (oitenta e nove mil, setecentos e sessenta e nove reais e oitenta e um centavos) - Data: 19.12.2024. Vigência: 28/12/2025. Câmara Municipal - Joseane Martarello, Fernando Sinhorini - Presidente da Comissão de Licitação. Algetech Engenharia e Construção Ltda - Loriane Consuelo Benda Kalinoski Parcianello.

Prefeitura Municipal de Sulina

A íntegra dos atos abaixo está disponível link: http://www.diamunicipal.com.br/amp, de 20/12/2024.

DECRETO Nº 100/2024 DE 19/12/2024 - Dispõe sobre desmembramento de lote urbano que especifica. PORTARIA Nº 163/2024 DE 19/12/2024 - Constitui comissão especial de avaliação de bem móvel que especifica. HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Torna pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Contratada: DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA - ME.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Contratada: BELINKI & SOUZA LTDA LTDA. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Contratada: DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Contratada: MALKUT & BOHN LTDA - ME. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 192/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Contratada: R H P COMPUTADORES LTDA.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Contratada: MARCIA ADRIANA DE SOUSA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA - ME. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Contratada: INOVE LICITAÇÕES LTDA ME.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 195/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Contratada: 18TEC INFORMATICA LTDA. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 196/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Contratada: 50.718.368 PAULO HENRIQUE DA SILVA FERREIRA.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 197/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Contratada: BNB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Contratada: DHZ COMERCIO DE SUPRIMENTOS LTDA.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 199/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Contratada: ELETRO NOW COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 200/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Contratada: INCOTECH COMPANY LTDA.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 201/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Contratada: IRD PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 202/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Contratada: J & K COMERCIAL LTDA.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 203/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Contratada: S & K INFORMATICA LTDA. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 204/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Contratada: STAR MIX COMERCIO DE PAPELARIA E VARIEDADES LTDA.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 205/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Contratada: VITOR ALFREDO THOMAS LTDA. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 206/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Contratada: Y S DIAS COMERCIO DE PAPELARIA.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 141/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Aditivo de prazo de execução de mais 60 (sessenta) dias.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 98/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Aditivo de acréscimo quantitativo ao contrato original.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Data da sessão: 30/01/2025 Horário da sessão: 09h:00min Local da sessão: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS ATO DE CONSORCIO Nº 095 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 Súmula: Estabelece as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para o exercício financeiro de 2025.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS - NOTA DE REVOGAÇÃO Tomar sem efeito a publicação do Termo de Homologação e Adjudicação do processo Licitatório Nº 355/2024, e o Termo de Ratificação do processo de Inscricão Nº 312/2024 - CLÍNICA MEDICA CHOPINZINHO LTDA, publicado no Jornal de Beltrão, Edição 8.059 de 28 de novembro de 2024.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE 1º REUNIÃO DE CONTRATOS DE DEZEMBRO 2024 Tipo de Instrumento: Contrato (Item Inicial) 95/2024 Nº Contrato: DANIELA LOVERA ODONTOLOGIA Nº Licitação: 02/2024 Nº Processo: 36/2024 Modalidade: Inelegibilidade de licitação

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE Tipo de Instrumento: Contrato (Item Inicial) 94/2024 Nº Contrato: MARANA CAVALHEIRO LTDA Nº Licitação: 25.839.743/001-25 Nº Processo: 36/2024 Modalidade: Inelegibilidade de licitação

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE Tipo de Instrumento: Contrato (Item Inicial) 94/2024 Nº Contrato: JOSE FRIEDHOLO GAUER Nº Licitação: 316/2024 Nº Processo: 36/2024 Modalidade: Inelegibilidade de licitação

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE Tipo de Instrumento: Contrato (Item Inicial) 95/2024 Nº Contrato: CLINICA DE NEUROLOGIA MPB LTDA Nº Licitação: 42.985.710/001-03 Nº Processo: 36/2024 Modalidade: Inelegibilidade de licitação

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE Tipo de Instrumento: Contrato (Item Inicial) 95/2024 Nº Contrato: JOSE PEREIRA DE LIMA Nº Licitação: 02.314.105/001-84 Nº Processo: 36/2024 Modalidade: Inelegibilidade de licitação

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE Tipo de Instrumento: Contrato (Item Inicial) 95/2024 Nº Contrato: BEM FARMACIAS MEDICAS LTDA Nº Licitação: 51.194.488/001-43 Nº Processo: 36/2024 Modalidade: Inelegibilidade de licitação

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE Tipo de Instrumento: Contrato (Item Inicial) 95/2024 Nº Contrato: M E COMERCIO DE PRODUTOS OPTICOS LTDA Nº Licitação: 54.881.488/001-67 Nº Processo: 36/2024 Modalidade: Inelegibilidade de licitação

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE Tipo de Instrumento: Contrato (Item Inicial) 95/2024 Nº Contrato: BEM FARMACIAS MEDICAS LTDA Nº Licitação: 51.194.488/001-43 Nº Processo: 36/2024 Modalidade: Inelegibilidade de licitação

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE Tipo de Instrumento: Contrato (Item Inicial) 95/2024 Nº Contrato: GIL LABORATORIO LTDA Nº Licitação: 36.891.699/001-08 Nº Processo: 37/2024 Modalidade: Inelegibilidade de licitação

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE Tipo de Instrumento: Contrato (Item Inicial) 95/2024 Nº Contrato: GABRIELLE STREZA CLINICA MEDICA LTDA Nº Licitação: 338/2024 Nº Processo: 37/2024 Modalidade: Inelegibilidade de licitação

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE Tipo de Instrumento: Contrato (Item Inicial) 95/2024 Nº Contrato: NICOLLY MACHILE COCA LTDA Nº Licitação: 52.909.219/001-04 Nº Processo: 37/2024 Modalidade: Inelegibilidade de licitação

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 57/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Data da sessão: 30/01/2025 Horário da sessão: 09h:00min Local da sessão: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 57/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Data da sessão: 30/01/2025 Horário da sessão: 09h:00min Local da sessão: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/.



BETHA (http://www.betha.com.br/)

Entidade

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

Ano



PARÂMETROS

2024

Para acesso a todas as funcionalidades do arquivo, recomendamos a utilização dos navegadores *Google Chrome* e *Firefox*.

Para que o *Link* tenha funcionamento adequado, abra este arquivo no mesmo navegador do sistema.

Contrato

ESCONDER RESOLVIDOS

contrato

Verifique atentamente as validações informadas abaixo:

⚠ Erros:0 ⓘ Avisos:0 ✓ Correções:0

Pesquisar



<input checked="" type="checkbox"/>	Sistema	Tipo	Descrição	Solução	Link
<input type="checkbox"/>	Compras	Sucesso	Sucesso ao cadastrar o registro no PNCP: Contrato: 955/2024; Sequencial: 3822. Código de registro PNCP: 2024/346	<input data-bbox="1243 1677 1307 1740" type="text" value="?"/>	<input data-bbox="1359 1684 1430 1733" type="text" value="🔗"/>